



# O avanço do discurso da agricultura única e a urgência de resignificação da agricultura familiar no Brasil

**Eliziário Noé Boeira Toledo**

Universidade Federal da Fronteira Sul – Erechim – RS – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7919-9371>

**Valdecir José Zonin**

Universidade Federal da Fronteira Sul – Erechim – RS – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3021-4275>

**Darlan Christiano Kroth**

Universidade Federal da Fronteira Sul – Chapecó – SC – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2664-857X>

## Resumo

Este artigo analisa o avanço discursivo da “agricultura única” no Brasil, representada, grosso modo, pelo agronegócio e pelo recuo da projeção socioproductiva da “agricultura familiar”. Compreende-se que essa narrativa prevalente tem como possíveis causas a fragilidade de investimentos teóricos, políticos e sociais do segmento da agricultura familiar, muito vinculada à definição e aos critérios restritivos presentes nos normativos do crédito rural e na Lei n. 11.326/2006. Durante esta pesquisa, foi possível sustentar a ideia de agricultura única, que vem sendo alimentada, em grande parte, pelo gradiente econômico que concentra o Valor Bruto da Produção (VBP), pelas campanhas publicitárias do agronegócio veiculadas pela mídia e pelo influente bloco de poder político no Congresso Nacional, representado pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) *vis-à-vis* à periférica bancada da agricultura familiar. Esses fatores, alinhados ao cenário político do período 2016-2022 e, involuntariamente, à perda de mobilização social e política das organizações sociais e do sindicalismo da agricultura familiar, contribuíram para a fragilização das políticas de apoio à agricultura familiar e para a opção de fortalecimento do agronegócio.

**Palavras-Chave:** Agricultura familiar. Desenvolvimento rural. Poder político. Política agrícola.

## The advancement of the sole agriculture discourse and the urgency of re-signification of family farming in Brazil

### Abstract

The article reflects on the discursive advance of “sole agriculture” in Brazil, represented, roughly speaking, by agribusiness and the retreat of the socio-productive projection of “family farming”. It is understood that this prevalent narrative has, as possible causes, the fragility of theoretical, political and social investments in the family farming segment, closely linked to the definition and restrictive criteria present in the rural credit regulations and by Law n. 11,326/2006. It was possible to sustain the idea of a sole agriculture that has been

fueled in large part by the economic gradient that concentrates the Gross Value of Production (GVP), by the agribusiness advertising campaigns broadcast by the media and by the influential political power bloc in the National Congress, represented by the Agricultural Parliamentary Front (FPA) vis-à-vis the peripheral bench of family agriculture. These factors, aligned with the political scenario of the 2016-2022 period, and involuntarily, due to the loss of social and political mobilization by social organizations and family farming unionism, contributed to the weakening of policies to support family farming and the option of strengthening the agribusiness.

**Keywords:** Family farming. Rural development. Political power. Policy agricultural.

### El avance del discurso de la agricultura única y la urgencia de resignificación de la agricultura familiar en Brasil

#### Resumen

Este artículo analiza el avance discursivo de la “agricultura única” en Brasil, representada, en términos generales, por el agronegocio y por el retroceso de la proyección socioproductiva de la “agricultura familiar”. Se entiende que esa narrativa predominante tiene, como posibles causas, la fragilidad de las inversiones teóricas, políticas y sociales en el segmento de la agricultura familiar, estrechamente ligadas a la definición y a los criterios restrictivos presentes en las normas de crédito rural y en la Ley n. 11.326/2006. A lo largo de esta investigación, se logró sostener la idea del concepto de agricultura única que ha sido fomentado en gran parte por el gradiente económico que concentra el Valor Bruto de la Producción (PVB), por las campañas publicitarias del agronegocio difundidas por los medios de comunicación y por el influyente bloque de poder político en el Congreso Nacional, representado por el Frente Parlamentario Agropecuario (FPA) vis-à-vis al grupo marginal de la agricultura familiar. Esos factores, alineados con el escenario político del periodo 2016-2022 e, involuntariamente, con la pérdida de movilización social y política de las organizaciones sociales y del sindicalismo de la agricultura familiar, contribuyeron para el debilitamiento de las políticas de apoyo a la agricultura familiar y para la opción de fortalecimiento de la agroindustria.

**Palabras-clave:** Agricultura familiar. Desarrollo Rural. Poder político. Política agrícola.

#### 1 Introdução

As bases para a compreensão das transformações do mundo rural, muitas delas, foram evidenciadas pelos aportes teóricos da economia e da sociologia, cujas interpretações empíricas e analíticas foram capturadas e utilizadas por diferentes atores sociais e políticos, na disputa e na produção de narrativas do que é ou do que venha a se constituir o mundo rural brasileiro. No caso recente da agricultura, o argumento central veio a reboque das inúmeras influências sociotécnicas introduzidas pela modernização desigual e excludente. Esse fator foi e ainda é o divisor de águas na história agrícola e agrária, em que as mutações socioculturais dilataram a percepção dos agricultores sobre a necessidade de mudanças técnicas de um *continuum* ingresso de renda.

Assim, esse cenário é a expressão de uma arena e luta concorrencial, com peculiaridades intrínsecas da atividade econômica, introduzidas nos contornos de ser e fazer da agricultura capitalista. Nesses termos, tornaram-se fenômenos dominantes na sociabilidade e nos comportamentos sociais dos agricultores (NAVARRO, 2019).

Por outro lado, os agricultores e seus estabelecimentos são notadamente

distintos em termos estruturais, sociais e produtivos, não cabendo de forma exclusiva, nas denominações generalizantes de agricultura familiar (denominada AF), ou mesmo, *grosso modo*, do agronegócio (não familiar). O debate sobre o antagonismo dessas formas de produção surge no cenário do agro brasileiro no início da década de 1990.

Desde então, é alvo de controvérsias acadêmicas, políticas e sindicais. São concepções de mundo que reforçam a disposição e a necessidade dos indivíduos e, por extensão das organizações, do imperativo em perceber e capturar as nuances da sociedade e atribuir-lhes sentidos utilizados na luta política por reconhecimento. No entanto, o desejo político de um determinado segmento social, ao se ver como portador e defensor de um conjunto de ideias, noções e comportamentos vistos e interpretados como justos e verdadeiros, tende a excluir ou mesmo deslegitimar outras formas de existência sociopolítica (FOUCAULT, 2011).

Isso posto, este artigo analisa os recentes avanços discursivos do agronegócio como expressão consolidante da “agricultura única” no Brasil. Tal discurso busca superar a dicotomia presente na literatura de estudos rurais, entre AF e agronegócio. O último está sendo transformado em padrão-guia para a política agrícola e objeto de apoio do Estado. Cabe frisar que a agricultura brasileira é caracterizada pela heterogeneidade e desigualdade produtivas, inclusive na AF. Essas nuances são bem fundamentadas na literatura especializada.

Nos últimos trinta anos, buscou-se incluir a AF, historicamente conhecida sob outras denominações, no acesso do crédito rural, em que o Estado adotou temporariamente uma nova postura e objeto de ação política. No entanto, o crescente discurso da “agricultura única”, agregado à cambiante conjuntura política, vai na contramão das características socioeconômicas da agricultura brasileira (AQUINO *et al.*, 2018; NASCIMENTO *et al.* 2022). Aos excluídos do campo, sobram argumentos sobre as insuficiências e equívocos do curto-prazismo dos programas governamentais.

Tendo como evidências econômicas o Valor Bruto da Produção (VBP) dos estratos de estabelecimentos da agricultura brasileira, a expressão numérica e política do bloco e fração de poder da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) no Congresso e das campanhas publicitárias veiculadas na mídia, este texto argumenta que a ampliação do discurso da “agricultura única” reflete, em alguma medida, a fragilização da importância e sentido socioprodutivo mais abrangente da AF. As possíveis causas podem ser atribuídas à ausência de esforços em investimentos teóricos e políticos, em elaborar um conceito adequado para o segmento e ultrapassar os liames normativos legais e de crédito.

A leitura equivocada da realidade do mundo rural e a crescente cooptação política dos movimentos e do sindicalismo dos agricultores familiares em épocas recentes geraram acomodação e perda da capacidade de mobilização social. Essa opção facilitou, inclusive, o retrocesso das demandas e da relevância da AF na sociedade brasileira, expressão do enfraquecimento da capacidade de discutir, formular e propor avanços substantivos na política agrícola (SABOURIN *et al.*, 2020).

Do ponto de vista metodológico, este artigo se caracteriza e se fundamenta por um estudo socioeconômico de leitura de contexto, tendo como aportes teóricos principais Navarro (2010; 2016; 2019) e Buainain (2014), tratando da emergência de um novo padrão de desenvolvimento agrícola e agrário no cenário brasileiro. Os aspectos descritivos, exploratórios e analíticos foram elaborados a partir de revisão

de literatura sobre a temática, análise documental das organizações de representações político-sindicais, governamentais, exame de dados do Censo Agropecuário e recursos disponibilizados pelo orçamento geral da União. Com essa proposta, o texto busca inovar ao fazer uma análise sociopolítica sobre o fortalecimento de uma narrativa que vem se cristalizando no imaginário da sociedade, na representação política e na agenda governamental, tendo reflexos importantes sobre a orientação e o financiamento da política agrícola.

No que diz respeito à organização deste texto, além desta introdução, há duas seções, seguidas das considerações finais. A primeira se destina ao debate sobre os espaços de disputas políticas entre a AF e o agronegócio, ao realizar uma análise sobre a concentração produtiva e a expressão da desigualdade do VBP entre os diferentes estratos de estabelecimentos rurais. A segunda seção enfatiza o fortalecimento do agronegócio e aborda os possíveis reflexos da fragmentação e do voluntarismo sindical.

## 2 Agronegócio e agricultura familiar: espaço permanente de disputas

O batido termo “agronegócio” é um conceito clássico oriundo de *agribusiness* e foi elaborado por Davis e Goldberg (1957), no âmbito da experiência agropecuária norte-americana, para designar as relações de dependência a montante e a jusante entre os setores industriais de insumos, produção, sistemas de industrialização e de distribuição dos alimentos. No sentido acadêmico mais geral, parece ser um ponto pacificado. Porém, no Brasil, desde a década de 1990, o conceito vem sendo ideologizado entre diferentes campos político-sindicais e governamentais, traduzido como antagônico e pernicioso aos objetivos da AF, mesmo existindo uma profusão de esclarecimentos sobre compatibilidade entre ambos (DELGADO, 2013).

É importante mencionar que o conceito, em termos práticos e teóricos, não se aplica somente aos grandes estabelecimentos agropecuários, devido à crescente interface dos agentes econômicos pela via dos mercados. Porém, na história, os vulneráveis do campo brasileiro, grande parte deles, foram revelados sob inúmeras e heterogêneas designações regionais presentes no imaginário rural (parceiros, arrendatários, pequenos produtores, minifundiários, lavradores, colonos, camponeses, etc.). Essas denominações, hodiernamente, foram agrupadas sob a noção englobante de AF, a categoria socioproductiva enfatizada nos trabalhos de Lamarche (1993), Veiga (2012 [1991]), Abramovay (2012 [1992]) e da FAO/INCRA (1994). A noção foi, inclusive, adotada no conteúdo da lei agrícola brasileira (Lei n. 8.171/1991), identificada para direcionar políticas específicas de crédito rural, assistência técnica, tecnologias adaptadas e de apoio à comercialização, mas que ainda busca o reconhecimento público.

Os critérios para a diferenciação e caracterização da agricultura brasileira, apresentados no Quadro 1, tornaram-se referências obrigatórias ao selecionar alguns atributos (gestão, trabalho, uso de recursos, tomada de decisões, origem dos insumos, trabalho assalariado, diversificação e especialização produtiva).

Quadro 1: Critérios para agricultura familiar e não familiar

<b>Agricultura não familiar (agronegócio)</b>	<b>Agricultura familiar</b>
Total separação entre os fatores de gestão e trabalho	Gestão e trabalho intimamente relacionados
Organização centralizada	Processo produtivo dirigido diretamente pelo agricultor
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação
Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis	Ênfase na durabilidade dos recursos naturais e na qualidade de vida
Predomínio do trabalho assalariado	O trabalho assalariado é complementar
Tecnologias direcionadas à eliminação das decisões ‘de terreno’ e ‘de momento’	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo
Tecnologias buscam principalmente a redução das necessidades de mão de obra	Decisões tomadas ‘ <i>in loco</i> ’, condicionadas pelas especificidades do processo produtivo
Ênfase no uso de insumos comprados	Ênfase no uso de insumos internos

Fonte: FAO/INCRA (1994).

As nomações de AF e agronegócio simplificam em demasia a diversidade e heterogeneidade da agropecuária brasileira, concentrando o debate acadêmico e político no enquadramento tipológico, em que, curiosamente, não há a adoção de parâmetros econômicos (NAVARRO; PEDROSO, 2011). Além disso, alguns autores traduziram que os objetivos econômicos da AF são antagônicos ao modelo do agronegócio (SAUER, 2008; SOUSA; CABRAL, 2009). No entanto, são argumentos que escamoteiam a realidade corriqueira da agricultura que, nos moldes atuais, é nitidamente capitalista, na medida em que se torna evidente o processo de intensificação e comoditização do sistema produtivo.

Deve-se, contudo, antecipar que o objetivo principal do ativismo e o voluntarismo político-sindical não foi a formação de um conceito, mas a composição de um instrumento normativo de enquadramento a ser utilizado como argumento, na disputa dos fundos públicos destinados a financiar programas públicos de crédito rural. A necessidade de apoiar os “*pequenos produtores*” foi apressada pela fragilidade competitiva, especialmente, daqueles residentes nos estados sulistas, expostos negativamente no processo de integração econômica negociado no âmbito do Tratado de Assunção com os países integrantes do Mercosul em 1991 (SCHNEIDER, 1999).

Na ocasião, o Brasil se postava no bloco como exportador de produtos industrializados e importador de produtos agrícolas selecionados. Esse fator induziu os movimentos sociais e sindicais a resistir. A Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (Contag), em 1995, formou uma frente sindical, expressa na primeira edição do “Grito da Terra Brasil” com o apoio de trabalhos acadêmicos, transformando a noção normativa de “agricultura familiar” em uma “nova” categoria política e socioprodutiva, aglutinando os diversos segmentos da pequena produção rural (NAVARRO, 2010). A articulação entre as diversas organizações instalou uma rara coalização de pressão política organizada pelo emergente segmento da AF e permitiu a criação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap), realizada durante o Governo Fernando Henrique Cardoso.

O Provap foi o embrião do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), instituído em 1996, tornado o principal no âmbito da “política



agrícola”, demandada pelos sindicalistas, como condição para o desenvolvimento do segmento. Nesse sentido, os parâmetros usuais para o crédito rural, no senso comum, pouco a pouco foram sendo tomados como condição de AF, inclusive, anexados em lei. Os critérios indicavam: a) que o agricultor não detivesse, a qualquer título, área do estabelecimento superior a quatro módulos fiscais (entre 5 a 110 hectares); b) uso predominantemente de mão de obra familiar nas atividades; c) renda familiar predominante de atividades vinculadas ao estabelecimento; e d) direção realizada pela própria família (Lei n. 11.236/2006).

Nesses termos, foi negligenciado que sob “[...] qualquer ângulo que se observe esse contingente de pessoas, um dos aspectos bem característicos é a ampla diferenciação. Diferem no que produzem, como produzem e onde produzem” (SOUSA; CABRAL, 2009, p. 27).

Mesmo com o auxílio do relatório da FAO/Incra (2000) e dos estudos rurais subsequentes, a escolha de critérios objetivos para diferenciar os estabelecimentos (familiar e do agronegócio) ainda é uma tarefa nebulosa, na medida em que os dados disponibilizados pelo Censo Agropecuário não foram construídos com esse objetivo. No campo político-sindical, os argumentos sobre outras temáticas, tais como meio ambiente, combate à fome, segurança alimentar, defesa da democracia e Estado de Direito, foram sendo agregados como virtudes precípuas do segmento da AF, usados como instrumentos de ação e de justificação ideológica, visando a angariar apoio da opinião pública e validar a repartição de parcela dos recursos públicos destinados ao crédito rural.

Em termos acadêmicos, Navarro e Pedroso (2011) são precisos ao lembrar o fato de não existir na teoria social perspectiva analítica que tenha a AF como um de seus conceitos, ou de desconsiderar, como no caso brasileiro, a natureza de atividade econômica da agricultura. O viés adotado por certa literatura, segundo os autores, alude que os estabelecimentos familiares são categoricamente unidades de produção agropecuária e de vida social, cujos indicadores objetivos preceituados legalmente e cujos contextos sociais, econômicos e tecnológicos são tacitamente aceitos como convergentes e semelhantes. A crítica serviu de base, inclusive, para problematizar as ações governamentais em diversos âmbitos, traduzidas pelos autores como equivocadas.

Por outro lado, a ofensiva adotada pelos representantes político-sindicais do agronegócio sobre temas agrícolas e agrários, segundo Picolotto (2012), se deu por meio do questionamento dos dados oficiais dos Censos Agropecuários. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), dessa forma, buscava “corrigir dados tendenciosos” da AF (CNA/FGV, 2010). No plano sindical, o surgimento do Pronaf permitiu à CNA se organizar para ocupar um espaço político até então desconsiderado, o credenciamento para a emissão das Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP). A Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL) justificou tal iniciativa afirmando:

O Sistema Farsul tem na sua base a *agricultura familiar* e lembramos que, para a Farsul, *produtor rural não tem tamanho*. [...] e lembramos que, *independente de tamanho*, para ser produtor rural no Brasil, tem que *ter competência, vocação e coragem* (FARSUL, 2010, grifo nosso).

O objetivo estava em rivalizar, especialmente com a Contag, a concorrência do “novo” ator político sob slogan “*produtor rural não tem tamanho*”, substrato e argumento central para o nascedouro discursivo da agricultura única, independentemente da grandeza e região, subentendida a inclusão político-sindical aos quadros da Farsul. Porém, a mensagem foi dirigida, especialmente, à minoritária parcela empreendedora e capitalizada da AF.

Tal narrativa trouxe em seu bojo a emergente ideia de classe média rural (LOPES *et al.* 2012; ALVES; ROCHA, 2010), reverberando, inclusive, no âmbito do governo de Dilma Rousseff, ao incorporar os interesses da FPA por meio do programa “*O campo na classe média*”, gerido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), ancoradouro do Programa Nacional de Apoio aos Médios Produtores (Pronamp) (BRASIL, 2015), pensado para apoiar os agricultores médios a fim de diferenciá-los dos grandes, atualmente detentores de renda bruta entre R\$ 500 mil e R\$ 3 milhões/anuais (BCB, 2024).

Severo (2023) assegura que, ao introduzir o discurso da classe média, o agronegócio buscou legitimar a hegemonia, inclusive dos agricultores familiares capitalizados na composição de filiação e reforço de base sindical. Todavia, os contornos discursivos e políticos da agricultura única, sob a égide do “*produtor rural não tem tamanho*”, estão a serviço de um determinado segmento sociopolítico, ao se constituírem portadores e difusores de uma particular visão ideológica de mundo, imputada como relevante e verdadeira (FOUCAULT, 2011).

Essa narrativa tende a excluir, negligenciar, silenciar – ou mesmo banir – outras formas de pronúncia e de existência política. Esse discurso tomou corpo na sociedade e vem se reproduzindo na mídia desde 2016, por meio das incursões: o agro é tech, agro é pop, agro é tudo, enfatizadas pelos setores ideológicos do agronegócio, governos, pesquisa agrícola e academia.

A perspectiva em questão é pautada, sobretudo, pela projeção do sucesso econômico e tecnológico e na pauta de exportações do setor. Ela enfatiza que a agricultura é competição e, independentemente do porte, deve ser tratada como atividade econômica. Nessa perspectiva, o caráter socioprodutivo é escamoteado, uma vez que se manifesta por meio da exclusão, seletividade, concentração produtiva inerente à agricultura capitalista. É uma modalidade que exige a ininterrupta necessidade de capital em todas as fases produtivas para todos os agricultores (BUAINAIN *et al.*, 2014). Na AF, esse vetor se manifesta e exige o contínuo aumento e dependência dos recursos financeiros aportados pelo crédito rural dos Planos Safras da AF, elevando os recursos do Pronaf, alvo consecutivo das demandas dos atores político-sindicais (TOLEDO; ZONIN, 2020).

Bruno (2016) acredita que as visões discursivas predominantes dos representantes do agronegócio simplificam em demasia a estrutura social do meio rural. Presumem a possibilidade de permanência de dois grupos distintos de agricultores: os do agronegócio (representados pela agricultura empresarial de explorações comerciais) e o empreendedor familiar (capitalizado), tendência que, inequivocamente, vem se confirmando.

Assim, há a interpretação de portadores da *competência, vocação e coragem*, segundo a visão do dirigente sindical da Farsul. No entanto, em termos políticos, o discurso da agricultura única, em épocas recentes, foi nutrido e fortalecido em forma e conteúdo, a partir da retomada da perspectiva neoliberal dos governos Temer (2016-2017) e Bolsonaro (2018-2022). Ambos estabeleceram um contínuo desmonte

(*policy dismantling*) das escassas políticas rurais e ambientais (uma vez que são programas de curto prazo, anualmente validados) destinadas ao apoio da pequena produção (BAUER *et al.*, 2013).

No segmento familiar, em um só canetaço, o governo Temer extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e subordinou a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) aos interesses e estrutura do MAPA. No governo Bolsonaro, foram recorrentes fragilização dos órgãos públicos de controle e fiscalização, cortes de recursos para a reforma agrária, supressões da legislação ambiental e extinção de espaços de controle e participação social (SABOURIN *et al.*, 2020), como formas de deslegitimação social.

O desmonte de que se fala não cabe somente na conta dos governos em questão. Nesse cenário, merece destaque a profunda crise/inação dos movimentos sociais/sindicais dos trabalhadores do campo (FACHIN, 2010). Grande parte deles tem adotado um reticente recorte anti-intelectualista e a recusa deliberada sobre as densas transformações da agricultura, dos agricultores e das regiões rurais brasileiras. Martins (2014, p. 180), ao capturar essas tendências, adverte que “[...] o Brasil que desconhecemos tornou-se maior do que o Brasil que conhecemos”. A inação dos movimentos sociais/sindicais consagrou a incapacidade política em mobilizar a sociedade e obstar o desmonte, para além das lacônicas e queixosas notas de repúdio.

O fato é que a cooptação partidária das cúpulas dos movimentos sociais e sindicais em anos recentes produziu consequências. O apoio sistemático às ações dos governos “populares” aprofundou o afastamento das bases, consolidou a omissão em fazer críticas, acalmou e reduziu protestos. Os acordos entre as cúpulas buscaram reduzir a rejeição às iniciativas reformistas danosas aos trabalhadores, por exemplo, a reforma da previdência (CAMPOS, 2019).

Essa opção respaldou, inclusive, os equívocos políticos cometidos, muitos deles em favor do bloco e fração de poder da FPA, como exemplo, as políticas públicas para o aumento das exportações. No *impeachment* do Governo Dilma, em 2016, e na derrota nas eleições de 2018, os movimentos sociais e o sindicalismo dos trabalhadores do campo e urbano (forças defensivas do governo) sacramentaram uma notória perda de capacidade de mobilização (SABOURIN *et al.*, 2020).

O apoio incondicional foi obtido às custas da crítica responsável, abolida em nome da defesa irrestrita do governo, expressa na modalidade neocorporativista posta em marcha em governos democráticos. O equívoco foi confundir que, ao eleger um governo conexo com as aspirações do sindicalismo/movimentos e ao ocupar cargos na estrutura do Estado, as demandas históricas reivindicadas iriam ocorrer sem luta política e pressão organizada, especialmente, aquelas mudanças estruturais no campo econômico. A acomodação política foi alimentada pelo curto-prazismo dos programas emergenciais em favor da AF, intensificada entre 2002 e 2015, e parece se reproduzir no terceiro mandato dos governos ditos “populares”, porque auxiliam no crescimento do VBP da agropecuária brasileira, mas sem ineditismos. Não se vislumbram estratégias substantivas à vista, para estancar a crescente desigualdade e concentração produtivas.

A Tabela 1 mostra que o segmento do agronegócio representou 22,3% dos estabelecimentos e 77,0% do VBP, já a AF, 77,56 e 22,91%, respectivamente. São expressivos os extratos dos estabelecimentos anotados “entre 0 a 5 ha” e “de 5 a 50 ha” (68,8% dos estabelecimentos familiares, mas apenas 17,3% do VBP). Parte



expressiva desses agricultores está na região do semiárido e requer apoio substancial do Estado, o que pela conjuntura dificilmente virá, indicando o caminho da exclusão seletiva.

As dificuldades e vulnerabilidades socioeconômicas e produtivas desses agricultores são seculares e históricas e, nem de longe, cabem como parte integrante no discurso da “agricultura única”. Esses agricultores não estão nos planos dos representantes do agronegócio e, por vezes, tangenciam vez por outra nos discursos dos representantes da AF, a depender da organização representativa, mas o foco recai via de regra, ainda que não dito, nos agricultores mais bem posicionados economicamente. Esses são os que de fato se fazem representar.

Tabela 1 – Estratos de área, estabelecimentos, VBP agricultura não familiar e familiar

Estratos de área	Total	Não familiar (agronegócio)			Familiar		
		Estab.	%	% VBP	Estab.	%	% VBP
Mais de 0 a menos de 5 ha	1.789.143	358.883	7,7	1,6	1.430.260	30,6	3,0
De 5 a menos de 50 ha	2.088.374	299.978	6,4	4,8	1.788.396	38,2	14,3
De 50 a menos de 200 ha	567.981	176.522	3,8	9,5	391.459	9,0	5,1
De 200 a menos de 1.000 ha	186.923	159.67	3,4	20,0	27.432	0,6	0,5
De 1.000 ha e mais	46.517	46.338	1,0	41,0	-	-	-
<b>Total</b>	<b>4.678.938</b>	<b>1.041.391</b>	<b>22,3</b>	<b>77,0</b>	<b>3.637.547</b>	<b>77,7</b>	<b>23,0</b>

Fonte: SIDRA/IBGE (2017).

É emblemática a existência de estabelecimentos rurais do estrato “de até 200 ha” e representam 17,9% dos estabelecimentos e 15,9% de VBP, enquadrados como não familiares, respectivamente, mas superam em mais da metade de todo o VBP da AF. É uma evidência que o enquadramento classificatório em uso, ao não considerar os aspectos econômicos, quando se estende aos demais estratos até o limite de 440 ha no tamanho máximo de área para AF, se torna um critério nitidamente inadequado.

Em outro estudo elaborado pelo Grupo de Políticas Públicas da Esalq/USP (2020), os dados do Censo Agropecuário de 2017 serviram de base para a configuração e nomeação da ideia de novos grupos, como os propostos na Tabela 2, tendo como referências principais o VBP e a segmentação por área dos estabelecimentos.

Na *elite produtiva* da agropecuária brasileira foram inferidos 42,8 mil estabelecimentos rurais, 0,9% do total, 33% da área ocupada e 48% do VBP (maior que R\$ 500 mil). São estabelecimentos que operam majoritariamente com lavouras temporárias, produtoras de *commodities* de exportação (soja, milho e algodão), grande parte delas localizadas nas regiões do Centro-Sul, Centro-Oeste e no recente território de expansão agrícola, denominado de MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia).

Tabela 2 – Grupos de estabelecimentos, percentual da participação, da área total e do Valor Bruto da Produção (VBP anual)

Grupos	Estab. (mil)	% Part.	% área	% VBP	Critério de segmentação
I - Agropecuária de larga escala					
Elite produtiva	42.817	0,9	33,0	48,0	VBP > R\$ 500 mil R\$ 100 mil VBP < R\$ 500 mil; e propriedades com mais de 500 ha
Extensivos	53.672	1,2	24,0	2,0	
II - Agropecuária - demais grupos					
Empreendedores	348.093	7,5	6,0	33,0	R\$ 50 mil VBP < R\$ 100 mil R\$ 10 mil VBP < R\$ 50 mil; e propriedades entre 100 e 500 ha VBP < R\$ 10 mil; e propriedades < 100 ha
Resilientes	993.345	21,4	25,0	13,0	
Vulneráveis	3.201.011	69,0	12,0	4,0	
Total	4.638.938	100	100	100	

Fonte: Sidra/IBGE (2017). Grupo de Políticas Públicas da Esalq/USP (2020).

Os estabelecimentos nomeados como *extensivos* somaram 53,7 mil, cerca de 1,2% do total, cobrindo 24% da área, e representaram 2,0% do VBP (R\$ 100 mil e menores que R\$ 500 mil, cujas propriedades têm mais de 500 ha). São constituídos na maioria por pecuaristas tradicionais e por uma fração de agricultores rentistas, mas as atividades possuem baixa produtividade. Mesmo assim, foram anotados em razão da implementação de algum processo de transformação e modernização produtivas. Estão localizados nas regiões brasileiras do Semiárido, parte da região Norte, periferia da região Sudeste, do Centro-Oeste e ainda uma parcela mais reduzida encontrada na região Sul.

O grupo designado de *empreendedores* foi constituído por 348,1 mil estabelecimentos rurais, 7,5% do total, constituíram 6% da área ocupada e geraram 33% do VBP da agropecuária (R\$ 50 mil e menos que R\$ 100 mil). Estão concentrados majoritariamente nas regiões Sul e Sudeste e em algumas parcelas de ocupação antiga do estado de Goiás. Grande parte desse estrato está integrada às cadeias produtivas associadas aos complexos produtivos agroindustriais de carne bovina, suína e aves, especialmente. Mesmo com o alto VBP gerado, a rentabilidade líquida pode ser baixa devido aos custos de produção dos empreendimentos.

Os dados agrupados dos três estratos – a *elite produtiva*, os *extensivos* e os *empreendedores* – somaram 444,6 mil estabelecimentos rurais, 9,6% do total, cobriram 63% da área e produziram 83,0% do VBP (entre R\$ 50 mil e maiores que R\$ 500 mil). São evidências nítidas e inequívocas da concentração produtiva expressa pelo VBP. Esse é um dos argumentos utilizados para dar fôlego político e econômico à ideia de agricultura única, representada por esse conjunto de estabelecimentos rurais com recorte e vocação comercial e exportadora, especialmente.

Nesse cenário, o modelo do agronegócio é majoritário e se materializa nos acertos e erros da agropecuária brasileira, ao mesmo tempo que evidencia uma minoria abastada de agricultores entre milhões em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Por outro lado, a perspectiva induz à irrelevância dos estabelecimentos fora desse escopo (os 3,2 milhões de estabelecimentos anotados como vulneráveis do ponto de vista produtivo ao representar somente 4% do VBP).

Além disso, os estabelecimentos *resilientes* constituíram 993,3 mil estabelecimentos rurais, 21,4% do total, com 25% da área e 13% do VBP (entre R\$ 10 mil e menores que R\$ 50 mil e propriedades com área entre 100 ha e 500 ha). São classificadas como médias e pequenas, em que basicamente predomina a atividade

de produção leiteira e de hortifrutigranjeiros. Algumas parcelas desses estabelecimentos estão localizadas nas regiões mais antigas de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e sul de Goiás. Acredita-se que esses grupos de agricultores possam ser alavancados produtivamente com o aporte de incentivos econômicos e tecnológicos a fim de elevar o VBP.

O maior contingente, contudo, são os estabelecimentos *vulneráveis* da agropecuária brasileira, constituídos por 3,2 milhões de unidades, 69% do total, com 12% da área total e registraram, em 2017, apenas 4% do VBP. São estabelecimentos rurais com área total menor que 100 ha e VBP menor que R\$ 10 mil anuais. Basicamente sobrevivem com atividades precárias de subsistência, sendo considerados irrelevantes e descartáveis na visão discursiva da agricultura única. Além disso, dos estratos apresentados, do valor nominado do VBP, deve-se ainda subtrair as rubricas utilizadas no Consumo Intermediário (CI) dos estabelecimentos, ou seja, o valor de todas as mercadorias que entram na produção agropecuária.

Esse fator indica que os rendimentos econômicos líquidos dos estabelecimentos rurais são ainda menores. É esse grupo de agricultores que Wanderley (2017) denominou de “a franja periférica” do Pronaf, o número expressivo de AF qualificado como “desnecessário” à produção agropecuária. São aqueles que não reúnem as condições estruturais condizentes com a viabilidade econômica, exigida na arena competitiva do mercado e não podem ser potencializados somente pela inclusão isolada ao crédito rural.

Os dados por si mostram uma tendência perturbadora, mas não inédita sobre a crescente desigualdade socioeconômica, tecnológica e produtiva da agropecuária brasileira. Guanzioli *et al.* (2012) encontraram essas evidências ao tabular os dados dos Censos Agropecuários de 1996 e 2006. Por outro lado, há uma parte emergente dos estudos rurais que enfatiza o conjunto recente de mudanças estruturais na agropecuária, o “novo período”, identificados, especialmente, a partir da década de 1990, sobre a grande transformação da economia agropecuária brasileira (BUAINAIN *et al.*, 2014; NAVARRO, 2020; KLEIN; LUNA, 2020).

Navarro (2019) sugere tratar-se de uma nova fase e não um simples e momentâneo fato cronológico, um ponto de inflexão e corte estrutural no desenvolvimento agrário, cujo epicentro da fase identifica a natureza distinta no contínuo processo de acumulação de capital. Isso pode ser tomado como um dos reflexos tardios da modernização conservadora da agricultura em que os investimentos do Estado foram canalizados na introdução de transformações sociotécnicas e agronômicas e que se revelaram seletivas, causas e consequências ampliadoras da distância socioeconômica entre os agricultores e entre as regiões rurais brasileiras.

Como foi antecipado, a evocação discursiva dos representantes político-sindicais da agricultura brasileira evidencia duas grandezas que se antagonizam, o agronegócio e a AF. O primeiro é enfatizado como a aptidão expoente na produção e exportação de *commodities* e sustenta parte expressiva da balança comercial (KLEIN; LUNA, 2020). A segunda é traduzida como um idílico modo de vida e de novas ruralidades, comportando ainda a virtude na produção intrínseca de alimentos básicos, saudáveis, seguros e sustentáveis para o consumo interno (DELGADO *et al.*, 2013). Esse presumido valor, inclusive, é base para argumentos fantasiosos de lideranças político-sindicais e acadêmicas em que a AF, tomada a partir dos dados do “Caderno da Agricultura Familiar de 2006” (IBGE, 2009), produzia cerca de 70% dos

alimentos consumidos no Brasil (NORONHA; FALCÓN, 2018). É um discurso batido, com o objetivo de enfatizar os benefícios produtivos da agricultura familiar, mas é uma mistificação.

Hoffmann (2014), após vasculhar os dados do Censo Agropecuário de 2006, que teria sido a suposta origem dessa informação, não encontrou nenhuma prova oficial confirmando como a cifra foi obtida. Isso posto, acrescenta que o segmento familiar é importante para o país, mas não necessita de argumentos fictícios e fantasiosos utilizados para a justificação ideológica.

### 3 A dimensão e a atuação política do agronegócio e da agricultura familiar

A força dos segmentos, o agronegócio e a AF compõem duas das 344 frentes parlamentares existentes na Câmara dos Deputados, a Frente Parlamentar Mista da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável (FPAF) e a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), conhecida como Bancada Ruralista, que contou em 2023 com a adesão de 341 parlamentares (300 deputados e 41 senadores) (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2023). Formada desde a década 1980, teve forte presença nos debates dos temas agrários na Assembleia Nacional Constituinte de 1988. Bruno (2009) anotou que a FPA é uma referência de poder político resultante:

[...] dos desdobramentos da mobilização patronal de grandes proprietários de terra e empresários rurais durante o governo da Nova República – a Bancada Ruralista tem-se apresentado como importante espaço de construção de identidade e representação dos interesses das classes e grupos dominantes no campo, tanto no Congresso Nacional como perante a sociedade brasileira (BRUNO, 2009, p. 15).

Além da relevância numérica, a FPA é um bloco coeso e influente de poder político e econômico, uma hierarquia estável de um bloco e fração hegemônica de poder, segundo os aportes de Poulantzas (1977). É um ativo de barganha política para qualquer governo que busque apoio parlamentar, independentemente da matriz ideológica.

O objetivo da FPA é nítido: a defesa agressiva na remoção de obstáculos ao desenvolvimento do agronegócio (crédito e seguro rural, renegociação de dívidas, expansão da fronteira agrícola, flexibilização da legislação ambiental e incentivos às exportações). Além disso, realiza alianças estratégicas com outros blocos de poder (industriais e banqueiros) e dilata a força política na defesa dos seus interesses. A conquista de políticas governamentais para a ampliação das exportações de *commodities* financiada com recursos públicos em governos “populares” a fim de globalizar as ações expansivas de empresas brasileiras do agronegócio (BOITO JUNIOR, 2018) é um bom exemplo.

Por outro lado, a Frente Parlamentar Mista da Agricultura Familiar – FPMF possui 234 parlamentares (205 deputados e 9 senadores) (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2023). Apesar dessa configuração, é um engodo, pois não representa, de fato, expressão política capaz de mudar a correlação de forças. Não se traduz em apoio incondicional às demandas da AF. Possui inúmeros parlamentares, que fazem parte de outras frentes, inclusive da FPA, cujos interesses são antagônicos.

Portanto, não causa estranheza que 113 dos membros da FPMF tenham votado a favor da proposta de Orçamento da União de 2022, prevendo cortes

orçamentários de recursos em diversas áreas, entre elas os aportes ao Pronaf. O fato é que a expressão e força política genuína da AF no Congresso Nacional é pífia e periférica e não chega efetivamente a dez representantes (TOLEDO, 2018). Os poucos parlamentares existentes atuam em demandas periféricas, muitas delas atendidas casuisticamente por emendas parlamentares. No geral, são incapazes de representar aptidões políticas em promover mudanças estruturais apropriadas para transformar as bases de ser e fazer na AF.

A promessa discursiva de contraposição da AF ao modelo do agronegócio existe, mas é outra miragem, inclusive, quando se trata da adesão dos próprios agricultores. A potencialidade dos modelos “alternativos” como possibilidade a ser utilizada pelos agricultores – familiares ou não – representa uma parcela reduzida da realidade. A opção é obstaculizada por inúmeros fatores, inclusive pelo próprio Estado por meio das demandas de crédito, assistência técnica, oferta de insumos e acesso aos mercados, etc. O Censo Agropecuário de 2017 mostrou que 64,7 mil (1,28%) estabelecimentos rurais praticaram alguma modalidade relacionada à agropecuária orgânica, contra 90,5 mil (1,75%), encontrados no Censo de 2006 (IBGE, 2017). Os estabelecimentos orgânicos se localizaram naqueles estabelecimentos com menor renda bruta (entre zero e dois salários mínimos), justamente aqueles que possuem as maiores dificuldades organizacionais, quais sejam: a associação a cooperativas, baixo nível de escolaridade do grupo familiar e de acesso ao crédito e comercialização (SOUZA *et al.*, 2021).

Do ponto de vista contestatório, as agriculturas alternativas vieram carregadas de forte conotação ideológica e partidária, mobilizada a partir de organizações não governamentais, especialmente, aquelas localizadas na região Sul do Brasil (ALMEIDA, 2009). A proposta carrega um intenso sentimento anticapitalista, empregado para marcar a posição política e quebrar o consenso discursivo da agricultura hegemônica. Postula um inescapável e duvidoso movimento de retorno ao processo de ecologização dos agricultores devido à crescente crise ambiental. No entanto, Monerat (2021) argumenta que o que há de fato é a ecologização do capital. O conflito ambiental da produção representa um impedimento a essa opção. A administração da crise foca no objetivo de reduzir danos ou substituir emissões, mas não equaciona os impactos estruturais que a alimenta.

Assim, qualquer tentativa de introduzir mudanças ao modelo produtivo agropecuário exige um novo olhar do Estado e dos agricultores, na maioria, resistentes. Deve-se agregar a essa discussão as externalidades ambientais negativas da produção e ainda contemplar ganhos econômicos (ROMEIRO, 2014). Uma equação difícil de resolver. A questão ambiental e a produção de alimentos seguros são ressignificadas como trunfos para a AF.

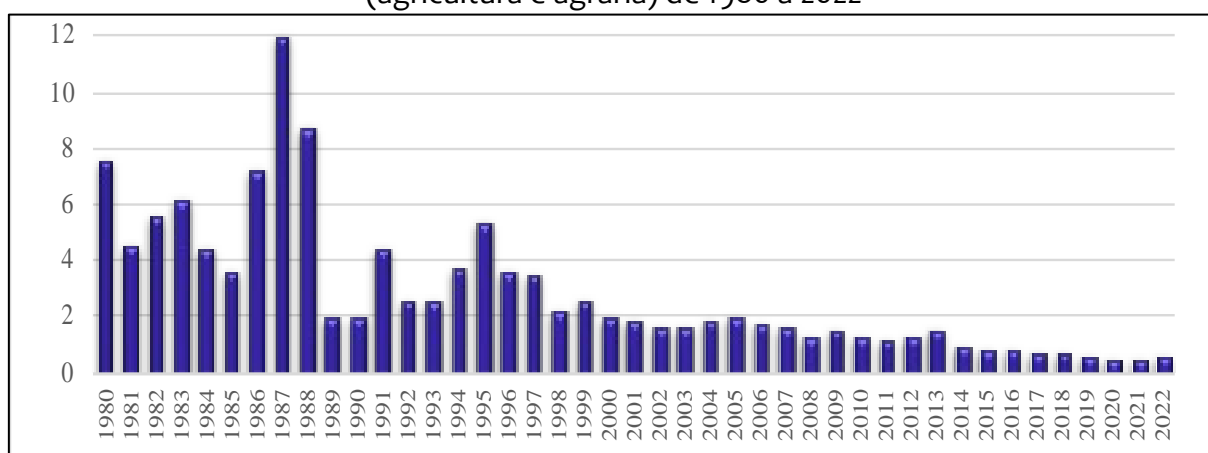
Não obstante, o modelo produtivo preponderante, salvo exceções, é o agronegócio e, pela conjuntura, trata-se daqueles que ainda estão podendo suportar os riscos dos empreendimentos. Os riscos no desenvolvimento da agricultura (pragas, clima, solos, mercados imperfeitos) demonstram que a teoria econômica é limitada para ser aplicada *ipsis litteris* como em outras atividades. Os riscos deveriam ser atenuados com a intervenção estrutural do Estado, mas, caso sejam considerados os gastos públicos com agricultura e política agrária no Brasil, eles estão no menor patamar das últimas quatro décadas.

É um fato incontestável, o Estado optou pelo modelo dominante que reduz



gastos públicos com as funções rurais (agricultura e agrária) e afeta diretamente a reforma agrária e a agricultura familiar. A agricultura, nesses termos, é concorrencial, é coisa regulada pelo mercado. O Estado optou por intervenções pontuais e casuísticas de regulação, avalizadas pela FPA e pela maioria dos congressistas e pelo silêncio/omissão do sindicalismo/movimentos da AF, em relação à necessidade de recomposição orçamentária. A partir da tabulação de Gasques (2021), Figura 2, é possível constatar o declínio dos recursos públicos do orçamento. A década de 1980/90 obteve em média 7,5% de recursos; de 1990/00 foi de 1,9%; de 2000/10, 1,9%; de 2010/20, 1,2% e de 2020/22 a média dos gastos previstos no orçamento atingiu apenas 0,4%.

Figura 2 – Percentual do Orçamento Geral da União (OGU) com funções rurais (agricultura e agrária) de 1980 a 2022



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Gasques (2021) e Brasil (2024).

O que se vê são evidências históricas, sociais e econômicas reveladoras das etapas transformadoras do capitalismo na agricultura. Um período em que os muitos determinantes excedem os limites da vida social e do meio ambiente natural e, de igual modo, uma era em que o Estado, ao optar pela filosofia do *laissez faire*, renunciou às tentativas e esforços de controlá-los.

A livre concorrência da sociedade capitalista é um dos elementos que nutrem a ordem social e o modo de vida vigentes, cada vez mais dependente do progresso ininterrupto da acumulação privada do capital (STREECK, 2014). O fenômeno da necessidade e acumulação de capital consolida cada vez mais o viés excludente e desigual, a começar pelo crédito que é potencializado na competição. Navarro (2020) afirma que a agropecuária está sendo gerada e:

[...] determinada pelo princípio econômico do liberalismo sem freios, [...] na lei do mais forte [...], o setor produtivo mais ativo, inovador e dinâmico [...] vem cimentando, paralelamente, uma sociedade rural com poucos vencedores, ao lado de um exército de perdedores (NAVARRO, 2020, p. 25-26).

O modelo concorrencial exige produzir excedentes econômicos a qualquer custo, independentemente do tipo de agricultor ou do tamanho do estabelecimento. Os que sobrevivem são os que melhor dominam os recursos técnicos, creditícios, gerenciais e mercadológicos, e se tornam a expressão dominante da agricultura de

sucesso utilizada nas campanhas publicitárias, por setores da academia, governos, parlamentos e da mídia. Nessa configuração, há um paradoxo que deve ser iluminado; nele desfila grande parte do discurso da agricultura única, discurso esse que é agressivo e irreal. Infelizmente essa conotação é dominante no meio agro e na sociedade: o agronegócio é bom para o Brasil, o que pode ser traduzido como conotação discursiva mais evidente.

Apesar das críticas, é um fato: os representantes do agronegócio parecem ter sido mais eficientes em se comunicar com a sociedade. Os *slogans* e derivações presentes nas campanhas midiáticas, como “o agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, não têm encontrado contrapontos políticos e econômicos consistentes. O espaço poderia ser utilizado, de igual modo, pelos representantes da AF, embora se reconheça suas limitações estruturais.

No entanto, há espaço para informar a sociedade e os consumidores, na maioria urbanos, que há outros atores sociais a serem conhecidos e outros argumentos a serem utilizados para compreender o que ocorre no mundo rural. O debate sobre os alimentos está sendo vencido pelas companhias globais, escamoteando os caminhos de origem e as informações sobre como são produzidos. Enquanto isso, os representantes da AF se digladiam divididos em justificar as estruturas políticas e administrar a retirada por meio das queixas mais evidentes, mas que apenas demonizam os *slogans*.

Além disso, há uma falsa compreensão de que o “campo vai bem” (criando-se um imaginário, como se fosse extensivo para todos(as)). Tal generalização reproduz uma redução da realidade, ao confundir que os avanços positivos, relativos à produção agroindustrial (leite, suínos, aves, carnes para a pauta de exportação e consumo interno), soja, milho, trigo, sejam uma realidade capaz de aporte necessário à reprodução social, ambiental e econômica em toda AF, cabendo perguntar-se: o campo vai bem para quem? Onde estaria o lugar para a AF nesse contexto? (ZONIN; MARTINS, 2016).

O mundo rural é um lugar contraditório. Interpretar o longo processo de produção e acumulação de riquezas e quem fica com elas é um constante desafio. Isso porque depende das escolhas dos governantes, dos interesses em jogo, além de como os atores se organizam na arena política para defender seus interesses. Quase sempre se consolidam os mais bem posicionados, no caso brasileiro, o agronegócio. Essa fração de agricultores se tornou um bloco de poder político e econômico heterogêneo, mas influente, mesmo que os agricultores e a lucratividade sejam bastante desiguais (BOITO JUNIOR, 2018).

Esse é um bloco hegemônico, e a despeito da clivagem ideológica dos governos, induz à necessidade contínua de negociação política. Mesmo em governos de esquerda, obtiveram êxito. A opção legitimou ainda mais o modelo exportador expandindo a especialização em *commodities* e potencializou o desenvolvimento global das empresas brasileiras do agronegócio. Contudo, não se exigiu contrapartidas sociais, inferindo prejuízos aos setores mais vulneráveis por meio de contratos abusivos e exclusão sistemática dos incapazes em atender às exigências produtivas e sanitárias (SCHLESINGER, 2017).

Além disso, a política dos campeões nacionais repercutiu na expansão da desindustrialização de setores sofisticados e potencializou a principal vocação brasileira, o agronegócio, auxiliando no discurso da agricultura única. Aos vulneráveis do campo (AF menos capitalizada, assentados da reforma agrária, populações

tradicionais), foram disponibilizados recursos compensatórios do Plano Safra para fortalecer o modelo (o “agronegócio”) e de outros programas de transferência de renda. Além disso, foi concedida ajuda financeira, irrigando projetos de organizações sociais alinhadas ao governo.

Com isso, obteve-se o apoio incondicional dos trabalhadores rurais, sobretudo, daqueles representados pela Contag e MST (BOITO JUNIOR, 2018). No caso do MST, é paradoxal, pois as ações de reforma agrária, no período, foram reduzidas ou congeladas, uma estratégia usual para não desagradar e gerar conflitos com a influente bancada da FPA.

O fato é que, raramente, as políticas compensatórias aos vulneráveis do campo e de outros segmentos da sociedade chegaram a ser institucionalizadas com orçamentos públicos definidos, nem mesmo quando houve condições políticas. Administrou-se conflitos negociando com as cúpulas, contando com a acomodação política dos movimentos e representantes da população tradicionalmente marginalizada. Foi a abundância factual dos recursos oriundos da onda de exportações de *commodities* (agrícolas e minerais) que financiou a redução da desigualdade. O acréscimo de dez reais de renda *per capita* transferia pobres para a classe média (MARTINS, 2016). Os programas de transferência de renda e financiamento para a entrada no mundo do consumo foram amparados pelo acesso fácil ao crédito (NERI, 2017).

Nesse contexto, procedem as críticas de Sampaio (2019) aos governos “populares”, ao enfatizar que houve “melhorismos” ocasionais introduzidos pelos programas existentes. Apesar dos resultados eleitorais, econômicos e sociais, reconhecidamente positivos no curto prazo, foi induzida a cooptação e desmobilização política dos setores marginalizados (PERLATTO, 2015). Essa opção, contudo, não acrescentou mudanças substanciais nas práticas políticas, nem nas estratégias de desenvolvimento industrial, agrícola e agrário do país.

### Considerações finais

Os dados discutidos neste artigo corroboraram a permanência e a potencialização da desigualdade estrutural e socioproductiva entre a agricultura familiar e o “agronegócio”. Não é um assunto novo, mas as diferenças estão sendo engendradas na construção discursiva das representações sindicais do agronegócio e pela expressiva base parlamentar da FPA no Congresso.

Os argumentos utilizados enfatizam a expressão econômica dominante do agronegócio e são ampliados por campanhas publicitárias na grande imprensa. A vitória do debate conjuntural no centro dos sucessivos governos, ao optar claramente pelos grandes produtores, donos de expressivo capital político, configura, ao mesmo tempo, argumentos que dão suporte à emergência e ao avanço do discurso da agricultura única.

Parte do sucesso da narrativa da agricultura única não remete apenas à visão política dos governos, mas ao retrocesso do segmento da agricultura familiar, que pode ser creditado à periférica representação parlamentar no congresso e à inércia e à inação dos movimentos e sindicalismo representantes da agricultura familiar, em relação a capturar e reconhecer o contínuo e dinâmico processo de transformações socioeconômicas da agricultura brasileira, dos agricultores e das regiões rurais.

Nesse sentido, o adesismo político aos governos populares resultou em fragilização e desmobilização social das organizações dos agricultores familiares, incapazes de obstar o desmonte das políticas públicas para a agricultura que vem desde o governo Temer. Foram negligenciadas as iniciativas para compor uma nova agenda política, econômica e de pesquisa para o segmento, preso há décadas às demandas dos planos pontuais de curto prazo do crédito rural. Além disso, não foi percebida a necessidade de institucionalizar e consolidar políticas de longo prazo, nem mesmo quando havia condições políticas para tanto, e que poderiam ser fundamentais para a ressignificação da expressão política e socioprodutiva da agricultura familiar.

Mesmo assim, está aberta a janela de possibilidades, que justifica envidar esforços dos estudos rurais e reduzir o anti-intelectualismo das organizações rurais, em que pese a necessidade de elaboração de um conceito apropriado ressignificando a agricultura familiar. Capturar a realidade da agricultura, dos agricultores e suas comunidades condizentes com o padrão de desenvolvimento é uma necessidade.

Além disso, é oportuno envidar esforços para prover orçamentos públicos adequados para financiar políticas (mais ou menos) estruturantes. Assim, trata-se de manifestar a preocupação com um segmento histórico e importante da realidade brasileira, como um desafio posto para as organizações da agricultura e para a academia, especialmente naquelas disciplinas ligadas às ciências sociais e agrárias.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O paradigma do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Edusp, 2012.

ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

ALVES, E.; ROCHA, D. P. Ganhar tempo é possível? In: GASQUES, J. G. et al. (Org.). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília : IPEA, 2010, p. 275-290.

AQUINO, J. R. et al. Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira. **RESR**, v. 56, n. 1, p. 123-142, 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Manual de Crédito Rural - 12.1**. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/mcr> . Acesso em: 10 fev. 2024.

BAUER, M. W. et al. **Dismantling Public Policy: Preferences, Strategies and Effects**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

BOITO JUNIOR, A. **Reforma e crise política no Brasil: conflitos de classe nos governos do PT**. Campinas: Unesp, 2018.

BRASIL. Controladoria Geral da União. **Portal da Transparência**. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/>. Acesso em: 02 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária e Abastecimento. **Programa O Campo na Classe Média**, Brasília: Mapa, 2015.

BRUNO, R. Redes de sociabilidade, redes de poder: sobre os deputados federais da Bancada Ruralista no Congresso Nacional (Legislatura 2007-2011). In: AL, R. B. E. **Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder**. Seropédica: MauadX, 2009.

BRUNO, R. Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 24, n. 1, p. 142-160, 2016.

BUAINAIN, A. M. *et al.* **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Frentes Parlamentares**. Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53963> . Acesso em: 19 out. 2023.

CAMPOS, C. V. As relações entre o movimento sindical e os governos petistas (2003-2016). **Temáticas**, v. 27, n. 53, p. 185-224, 2019.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA NO BRASIL (CNA)/FGV. **Quem produz o que no campo: quanto e onde**. Censo Agropecuário 2006, resultados, Brasil e regiões. CNA. Brasília, 2010.

DAVIS, J.; GOLDBERG, R. The genesis and evolution of agribusiness. In: DAVIS, J.; GOLDBERG, R. **The concept of agribusiness**. Massachusetts: Harvard University, 1957.

DELGADO, G. C. O projeto do agronegócio seria impensável numa democracia real. **Movimento Sem Terra**, 2013. Disponível em: <https://mst.org.br/2013/12/10/delgado-projeto-do-agronegocio-seria-impensavel-numa-democracia-real/>. Acesso em: 02 abr. 2020.

DELGADO, N. G. *et al.* Tipologias de ruralidades em agências multilaterais e organismos internacionais selecionados. In: MIRANDA, C. **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras**. Brasília: IICA - FForum DRS, v. 21, 2013.

ESALQ/USP. **Grupo de Políticas Públicas**. Universidade de São Paulo. São Paulo. Não publicado. 2020.

FACHIN, P. Os desafios dos movimentos sociais hoje. **Revista do Instituto Humanitas**, n. 325, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA).



**Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável.** Brasília: UTF/BRA/036, 1994.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Novo retrato da agricultura familiar:** o Brasil redescoberto. Embrapa, 2000.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO RIO GRANDE DO SUL (FARSUL). Farsul pede credenciamento para fornecer declaração que identifica beneficiários do PRONAF. 2008. Disponível em: <https://www.farsul.org.br/destaque/farsul-pede-credenciamento-para-fornecer-declaracao-que-identifica-beneficiarios-do-pronaf,313729.jhtml> . Acesso em: 14 dez. 2010. *Farsul*, 2008.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso.** SP: Loyola, 2011.

GASQUES, J. G. **Nota sobre os gastos públicos na agricultura** (Nota nº 17-2021/CGAPI/DCI/SPA/MAPA). Brasília: Ministério da Agricultura. Brasília. 2021.

GUANZIROLI, C. E. *et al.* Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 e 2006). **RESR**, v. 50, n. 2, p. 351-370, 2012.

HOFFMANN, R. Nota Técnica. A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil? **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 21, n. 1, p. 447-421, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Agricultura, pecuária e outros.** Censos Agropecuários: 2017. IBGE, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário 2006. **IBGE**, 2009. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro\\_2006.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf) . Acesso em: 9 nov. 2021.

KLEIN, H.; LUNA, F. V. **Alimentando o mundo:** o surgimento da moderna economia agrícola no Brasil. RJ: Ed. FGV, 2020.

LAMARCHE, H. **Agricultura familiar:** uma realidade multiforme. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

LOPES, I. V. *et al.* Perfis das classes de renda rural no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, Ano XXI, v. 21, n. 2, p. 21-27, 2012.

MARTINS, J. de S. **Uma sociologia da vida cotidiana:** ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wrigth e de Henri Lefebvre. SP: Contexto, 2014.

MARTINS, J. de S. **Do PT das lutas sociais ao PT do poder.** São Paulo : Contexto, 2016.

MONERAT, J. C. P. Bioeconomia e financeirização dos riscos ambientais: formas capitalistas de enfrentamento da crise ambiental: a crítica. **Germinal**, v. 13, n. 2, p. 174-204, 2021.

NASCIMENTO, C. A. *et al.* Tendências recentes da agricultura familiar no Brasil e o paradoxo da pluriatividade. **RESR**, v. 60, n. 3, p. 1-21, 2022.

NAVARRO, Z. Agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GASQUES, J. G.; FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. S. **Agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: Ipea, 2010. p. 185-212.

NAVARRO, Z. O mundo rural no novo século: um ensaio de interpretação. In: FILHO, J. E. R. V.; GASQUES, J. G.; CARVALHO, A. X. Y. D. **Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade**. Brasília: IPEA, 2016. p. 25-64.

NAVARRO, Z. Meio século de interpretações sobre o rural brasileiro (1968-2018). **RESR**, v. 57, n. 3, p. 472-489, 2019.

NAVARRO, Z. **A economia agropecuária do Brasil: a grande transformação**. SP: Baraúna, 2020.

NAVARRO, Z.; PEDROSO, M. T. M. Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar. **Texto para Discussão**, n. 42, Embrapa, 2011.

NERI, M. Uma próxima geração de programas de transferência de renda condicionada. **RAP**, v. 52, n. 2, p. 168-181, 2017.

NORONHA, G. S.; FALCÓN, M. L. O. A disputa entre modelos para o campo: apontamentos sobre a questão agrária no Brasil em busca de um novo paradigma. **Saúde e Debate**, v. 42, n. 3, p. 183-198, 2018.

PERLATTO, F. Decifrando o governo Lula: interpretações sobre o Brasil contemporâneo. **Revista de Ciências Humanas**, v. 15, n. 1, p. 256-272, 2015.

PICOLOTTO, E. L. Reconhecimento da agricultura familiar e as disputas pela classe média rural. **Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 128, p. 158-167, 2012.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo. SP: Martins Fontes, 1977.

ROMEIRO, A. R. O agronegócio será ecológico. In: BUAINAIN, A. M. *et al.* **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. p. 510-529.

SABOURIN, E. *et al.* The Dismantling of Family Farming Policies in Brazil and Argentina. **International Review of Public Policy**, v. 2, n.1. p. 45-67, 2020.

SAMPAIO, P. de A. Limites dos governos progressistas: o caso brasileiro. **De Raiz Diversa**, v. 6, n. 12, p. 119-144, 2019.

SAUER, S. Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. **Embrapa Informação Tecnológica**, Brasília, n. 30, p. 1-73, 2008.

SEVERO, M. A classe média rural brasileira e o agronegócio: cooptação e hegemonia. **Lua nova**, n. 120, p. 123-166, 2023.

SCHLESINGER, S. Poucos campeões, muitos perdedores: concentração e internacionalização da indústria brasileira de carnes. **FASE Brasil**, 2017. Disponível em: <http://fase.org.br/wp-content/uploads/2017/03/brazil-case-study-PT.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2021.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

STREECK, W. How will capitalism end? **New Left Review**, n. 87, p. 37-68, 2014.

SOUSA, I. S. F. de; CABRAL, J. R. F. Ciência e inclusão social na agricultura. In: SOUSA, I. S. F. D.; CABRAL, J. R. F. **Ciência como instrumento de inclusão social**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2009.

SOUZA, G. S. *et al.* Produção e renda bruta agropecuária: estudo baseado nos dados do Censo Agropecuário de 2017. **Revista Verde**, v. 16, n. 1, p. 60-70, 2021.

TOLEDO, E. N. B. Agricultura e financiamento público: apontamentos para um debate necessário. **Grifos**, v. 27, n. 45, p. 53-77, 2018.

TOLEDO, E. N. B.; ZONIN, V. J. O Pronaf: um vetor tendencial à concentração e seleção produtiva na agricultura familiar, **Grifos**, v. 30, n. 51, p. 141-162, 2020.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. SP: Edusp, 2012.

ZONIN, V. J.; MARTINS, S. R. Por uma agricultura familiar liberta e sem fronteiras: desafios e perspectivas no contexto da Mesorregião da Grande Fronteira Mercosul. In: CORAZZA, G.; RADIN, J. C. **Fronteira Sul**: ensaios socioeconômicos. Florianópolis: Insular, 2016.

WANDERLEY, M. E. N. B. “Franja Periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Agricultura Familiar Brasileira**: Desafios e Perspectivas de Futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

**Eliziário Noé Boeira Toledo.** Doutor em Desenvolvimento Sustentável (CDS-UnB). Universidade Federal da Fronteira Sul.  
Rua Cesário Matos, 150, apto 24. CEP 99700-094. E-mail: enbtoledo@gmail.com

**Valdecir José Zonin.** Doutor em Agronegócios (UFRGS). Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental.  
Rod. RS-135 – Km 72 – Cx Postal 764. Erechim-RS CEP: 99700-970. E-mail: valdecir.zonin@uffs.edu.br

**Darlan Christiano Kroth.** Doutor em Desenvolvimento Econômico (UFPR). Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental.  
Rod. SC-484 – Km 02 – Fronteira Sul. Chapecó-SC CEP 89815-899 E-mail: dckroth@uffs.edu.br.

Submetido em: 24/03/2023

Aprovado em: 31/01/2024

#### CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Conceituação (Conceptualization): Toledo

Curadoria de Dados (Data curation): Toledo, Zonin, Kroth

Análise Formal (Formal analysis): Toledo, Zonin, Kroth

Obtenção de Financiamento (Funding acquisition): Zonin, Kroth

Investigação/Pesquisa (Investigation): Toledo, Zonin, Kroth

Metodologia (Methodology): Toledo, Zonin, Kroth

Administração do Projeto (Project administration): Toledo, Zonin, Kroth

Recursos (Resources): Zonin, Kroth

Software

Supervisão/orientação (Supervision): Toledo, Zonin, Kroth

Validação (Validation): Toledo, Zonin, Kroth

Visualização (Visualization): Toledo, Zonin, Kroth

Escrita – Primeira Redação (Writing – original draft): Toledo

Escrita – Revisão e Edição (Writing – review & editing): Toledo, Zonin, Kroth

Fontes de financiamento: Universidade Federal da Fronteira Sul.